

TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – OUTUBRO – 2015
ANO 23 – NÚMERO 209

Fragmentos de vidas

No mês em que se celebra o Dia das Crianças, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais lança o livro *Conte sua História*, composto por relatos de vida de adultos que, na infância e na juventude, vivenciaram situações de acolhimento institucional. Idealizada e organizada pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), a obra pretende contribuir para o aprimoramento da sensibilidade e do trabalho de todos aqueles que se dedicam a crianças e adolescentes, especialmente magistrados e servidores do Poder Judiciário. Reunindo histórias muitas vezes marcadas pelo abandono material e afetivo, o livro é o tema da matéria de capa desta edição.

Páginas 4 a 7

A vida em instituições

O mês de outubro, em especial o dia 12, é marcado no Brasil por uma atenção especial às discussões sobre a infância, em função do Dia das Crianças. Em meio às comemorações em torno da data, será lançado no dia 16, às 10h, no auditório da Unidade Raja Gabaglia do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o livro *Conte sua História*, tema da matéria de capa desta edição.

Conte sua História reúne relatos de vida de adultos que viveram em instituições de acolhimento quando crianças e adolescentes. Idealizada e organizada pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG, a obra pretende contribuir para o aprimoramento da sensibilidade e do trabalho de todos aqueles que se dedicam à infância e à juventude, especialmente magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Ainda dentro das reflexões sobre o Dia das Crianças, esta edição traz entrevista com a psicóloga judicial Rosilene Miranda Barroso da Cruz, coordenadora técnica da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte. Doutora em saúde da criança e do adolescente pela UFMG, a servidora fala na entrevista sobre a violência contra meninos e meninas e a atuação psicossocial da Justiça nesse âmbito.

Esse será também o tema do 6º Seminário Mídia e Justiça, a ser realizado em 10 de novembro no TJMG. Organizado pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), o seminário é assunto de uma das matérias desta edição.

Outra matéria deste informativo aborda a remição por meio da leitura, iniciativa que visa a humanizar o cumprimento das penas. O projeto, já consolidado em vários tribunais do País, atende a uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e hoje está presente em algumas comarcas de Minas Gerais.

Veja ainda, nesta edição, matéria sobre uma série de novidades que serão inauguradas no Fórum Lafayette, que em 2015 completa 35 anos de funcionamento no Edifício Milton Campos. Entre as novidades, está a brinquedoteca da Central de Serviço Social e Psicologia (Cesop).

Na página de Cultura, confira foto da coluna "Clique do Leitor" e resenha do juiz Magid Nauef Lauar sobre o filme *Doze Homens e Uma Sentença*, dirigido por Sidney Lumet, que será exibido em sessão do Cineclube TJ, em 22 de outubro.

Boa leitura!

PJe Expansão 2015

Para avaliar e dar qualidade aos trabalhos voltados para a implantação, o suporte e a sustentação do processo eletrônico no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Núcleo Técnico do PJe (NTPJe) realiza reuniões periódicas. Nelas, os representantes dos diversos setores que o integram têm a oportunidade de levantar questões e apresentar sugestões para aperfeiçoar o serviço.

A busca de um atendimento de excelência aos usuários externos e internos é um dos pontos que têm levado o núcleo a buscar novos procedimentos. A proposta aprovada foi a produção de um novo portal de suporte ao usuário externo e de uma nova página virtual do PJe, que já pode ser acessada no Portal TJMG. O usuário interno já conta com o suporte do Portal de Serviços de Informática, que pode ser acessado na Rede TJMG.

Desde o último dia 29 de setembro, o peticionamento e demais atos processuais devem ser obrigatoriamente feitos em meio eletrônico nas comarcas de Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas. De acordo com o cronograma, a partir de 3 de novembro o PJe estará nas comarcas de Ipatinga, Timóteo, Coronel Fabriciano e Patos de Minas.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Pedro Bitencourt
Marcondes

1º Vice-Presidente:

Desembargador Fernando Caldeira Brant

2º Vice-Presidente:

Desembargador Kildare Carvalho

3º Vice-Presidente:

Desembargador Wander Marotta

Corregedor-Geral:

Desembargador Antônio Sérvulo

Ouvidor

Desembargador Moacyr Lobato

Expediente

Assessora de Comunicação

Institucional:
Letícia Lima

Gerente de Imprensa:

Daniela Lima

Coordenador de Imprensa:

Raul Machado

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Revisor:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Shirley Moraes

Fotolito e Impressão:

Globalprint Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br



Outubro Rosa
O TJMG apoia a luta
contra o câncer de mama

Fórum Lafayette ganha brinquedoteca e outras melhorias

Rebeca Figueiredo

Em 2015, o Fórum Lafayette completa 35 anos de funcionamento no Edifício Milton Campos. Em comemoração, a Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais (CGJ-MG) vai inaugurar uma série de novidades no espaço, visando ao conforto e à segurança de magistrados, servidores e cidadãos e à melhoria da prestação jurisdicional.

Uma das novidades é a brinquedoteca da Central de Serviço Social e Psicologia (Cesop). O projeto, demandado pela central, nasceu em 2009. Funcionando informalmente desde julho deste ano, o espaço destinado às crianças facilita a aproximação e a abordagem das assistentes sociais e das psicólogas e propicia um caráter mais humano à prestação jurisdicional. Na brinquedoteca, existem jogos, quadrinhos e livros destinados a adolescentes para que eles também se sintam acolhidos.

Segundo a assistente social Maria Aparecida Felipe, “o principal benefício propiciado pela criação da brinquedoteca é diminuir a tensão da criança causada pelo conflito entre os pais e os familiares”. Além disso, a criança é capaz de se expressar de diversas formas, e o contato com jogos, brinquedos e livros facilita a identificação, por parte dos profissionais, de características comportamentais importantes para a elaboração dos laudos que auxiliam o juiz no desenrolar do processo.

E não termina por aí. De 20 a 22 de outubro, a Corregedoria inaugura outras melhorias no Fórum Lafayette. Para o juiz diretor do foro, Cássio Azevedo Fontenelle, “as obras no edifício, resultado



Marcelo Albert

■ A brinquedoteca era uma antiga demanda das assistentes sociais e das psicólogas da Central de Serviço Social e Psicologia (Cesop)

As obras no edifício propiciam segurança para a comunidade e contribuem para a efetivação da prestação jurisdicional, meta do Planejamento Estratégico do TJMG

de um esforço coletivo iniciado em gestões anteriores, não só propiciam segurança para a comunidade como contribuem para a efetivação da prestação jurisdicional, meta do Planejamento Estratégico do TJMG”.

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), responsável pela realização das audiências e sessões de conciliação e mediação, processuais e pré-processuais,

teve seu espaço ampliado. No térreo, o Serviço de Protocolo foi readequado, possibilitando que a sala do Setor de Transporte fosse transferida para

dentro do prédio. Serão instaladas ainda uma área de manobra e carga e descarga e uma cancela de segurança na garagem. As medidas, além de integrar a equipe de transporte ao restante do prédio, garantem a segurança de todos, diminuindo o trânsito de pedestres na garagem e controlando a entrada de pessoas no fórum.

Ganhos Permanentes

Ainda nesse período, serão inauguradas as salas de audiência de custódia e as readequações físicas da carceragem e da Vara de Execuções Penais. A Contadoria também teve seu espaço alterado e ganhou postos de trabalhos unificados, para que todos os seus serviços (cálculo de custas finais, liquidação de sentença, emissão de certidão de pagamento de custas prévias, intermediárias e finais e elaboração de tabelas de correção monetária, oficiais e não oficiais) sejam realizados no Fórum Lafayette. Já

a sala dos oficiais de justiça foi realocada para junto da Central de Mandados, melhorando a logística e o fluxo de comunicação entre esses setores, que trabalham interligados.

O diretor do foro salienta ainda uma novidade ocorrida em setembro: a reabertura do pátio interno, que proporciona momentos de tranquilidade a quem frequenta o local. “Essas ações são contínuas, constituem ganhos permanentes e integram diretrizes da CGJ-MG”, afirma.

Colabore com a brinquedoteca! Doe jogos, brinquedos e livros pedagógicos. Observe o estado de conservação dos objetos e lembre-se: peças pequenas são as vilãs das brincadeiras! As doações podem ser entregues no Fórum Lafayette (Avenida Augusto de Lima, 1.549, sala OP 03, térreo).

Livro dá em insti



voz a adultos que viveram tuições quando crianças e adolescentes

Daniele Hostalácio

“Sou mestre na arte de falar em silêncio. Toda a minha vida falei calando-me e vivi em mim mesmo tragédias inteiras sem pronunciar uma palavra.” A célebre frase do escritor russo Fiódor Dostoiévski ecoa enquanto se sucedem os relatos que constam do livro *Conte sua História*. Emudecidos em muitos de seus direitos, quando ainda eram crianças ou adolescentes, os protagonistas das histórias, hoje adultos, têm finalmente voz. Rompem o silêncio para contar e permitir o registro dos fatos mais marcantes do período em que viveram em instituições de acolhimento, alguns deles não compartilhados nem mesmo com as famílias que construíram anos depois.

Conte sua História é uma obra idealizada e organizada pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), órgão instituído pela Resolução 640/2010 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para oferecer assessoramento permanente às instâncias de direção da Casa nas questões relacionadas à criança e ao adolescente. O projeto do livro visou registrar os sentimentos e as impressões de pessoas que vivenciaram, antes da vida adulta, situações de acolhimento institucional. A obra será lançada no dia 16 de outubro, às 10h, no auditório da Unidade Raja Gabaglia.

Com o livro, a coordenadoria busca também contribuir para o aprimoramento da sensibilidade e do trabalho de todos aqueles que se dedicam à infância e à juventude, especialmente magistrados e servidores do Poder Judiciário. Pretende-se, ainda, conclamar a família, a sociedade e o Estado para que defendam, com a prioridade absoluta prevista constitucionalmente, todos os direitos de que são titulares crianças e adolescentes.

Um dos direitos de que meninos e meninas em situação de risco são privados, em muitos casos, é o de manter convívio familiar e comunitário estruturante. Mas, nos estilhaços de vida que emergem de *Conte sua História*, é visível as marcas que a ausência de um lar e do convívio social, aquele que se faz fora dos muros de uma instituição, podem legar a um indivíduo. “A convivência familiar e comunitária se revela como condição relevante para a efetiva proteção, crescimento e desenvolvimento infantojuvenil”, destaca a desembargadora do TJMG Márcia Milanez, que é juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, em texto que antecede os depoimentos.

Os relatos do livro revelam, também, “a dimensão e os impactos que as intervenções com crianças e adolescentes podem produzir durante toda a vida”, como

declara a Coinj no texto “Primeiras Linhas”, no qual apresenta a obra. O que é crescer, adolecer, torna-se adulto, passar datas festivas como Natais e aniversários, adoecer e estudar morando dentro de uma instituição? O que é ver a família se desintegrar – ser retirado de casa e da presença da mãe, ver os irmãos seguindo, cada um, para viver em um lugar diferente? Como é descobrir que, atingida determinada idade, seu destino será outro, desconhecido e incerto? Como construir laços, criar enfim raízes, se a sensação predominante é de estranhamento, de não pertencimento, de não ter

um lugar definido no mundo?

Algumas respostas a esses questionamentos são insinuadas no livro – são apenas lampejos dos convulsivos sentimentos vivenciados por essas pessoas, pois a vida delas, como qualquer outra, não cabe em palavras. Ampliou-se a voz dessas pessoas e – é preciso

que se diga – coube muito sofrimento nas páginas do livro. Mas, há beleza ali, pois a tristeza também sabe ser bela. São narrativas que, às vezes, soam ficcionais. Em comum, têm como pano de fundo, quase sempre, histórias de abandono afetivo, pobreza, omissão do Estado e falta de sensibilidade da Justiça.

E há também superação, reviravoltas surpreendentes, “voltas por cima” e guinadas nos destinos. O que faz de cada um dos entrevistados “heróis anônimos” e, sobretudo, “heróis de verdade”, nas palavras de Sidneia Simões, servidora do TJMG e escritora de dois dos relatos. Jéssica, Pedro, Carolina, Ricardo, Dica, Laura, Marta... Os nomes são fictícios, pois buscou-se preservar a identidade dos protagonistas, já tão agredida em alguns momentos de suas vidas. Mas as histórias são reais.

Força transformadora

A publicação começou a ser desenhada com o lançamento do Edital 1/2015, que convidou adultos com trajetória de institucionalização na infância e na juventude a contar suas histórias de vida. O chamamento público foi realizado em maio deste ano, mas apenas um homem respondeu ao convite. Os demais relatos que constam no livro chegaram à Coinj por meio do apoio da Subsecretaria de Administração Prisional de Minas Gerais, que identificou 104 internos do sistema prisional nas unidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte com perfil para a publicação – seis deles foram escolhidos aleatoriamente para participar do projeto, e três desses relatos integraram a publicação. Mas 19 entrevistados chegaram à Coinj por meio do contato com profissionais envolvidos com a temática da infância e da juventude.

Assim, o livro traz, ao todo, 23 depoimentos, fornecidos por homens e mulheres – as idades variam de 18 a 65 anos – com trajetória de institucionalização na infância e na juventude. Alguns passaram pelas unidades da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), outros por entidades reguladas pelo Código de Menores de 1979 e/ou por instituições de acolhimen-

”
A convivência familiar e comunitária se revela como condição relevante para a efetiva proteção, crescimento e desenvolvimento infantojuvenil

“

to, em todo o estado. Os relatos foram materializados em textos pelas mãos de 25 entrevistadores: assistentes sociais, jornalistas, pedagogo e psicólogos – nove desses profissionais mantêm vínculo profissional com o TJMG.

Mas, qual é exatamente o assunto do livro? O desembargador Wagner Wilson Ferreira, superintendente da Coinj, declara em texto na abertura da obra: “É fundamentalmente de humanidade ou, tristemente, de sua ausência, que trata mais essa publicação. (...) Os capítulos deste livro trazem, é verdade, histórias de abandono e violência, mas não só. O foco principal desta publicação é o de realçar a força transformadora de afetos que, agindo como estopim, acionam mecanismos de renovação e evolução de outros projetos de vida possíveis e exitosos”.



A publicação sinaliza um tempo de acolhimento e de visibilidade a heróis anônimos



Wagner Wilson nutre expectativas em relação ao livro. “Espero que ele possa contribuir, de forma particular, para que magistrados e servidores aprimorem suas intervenções em prol da infância e da juventude, garantindo que a medida de acolhimento institucional ocorra de forma excepcional e provisória, sempre privilegiando a convivência familiar e comunitária, assegurada na legislação”, declara.

O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bittencourt Marcondes, vai além e avalia que a publicação é um marco na história do Judiciário mineiro, pois “sinaliza um tempo de acolhimento e de visibilidade a heróis anônimos. Mostra também um passado que, na maioria das vezes, não mais se quer repetir em termos de tratamento da criança e do adolescente”.

Uma mesma tapeçaria

Serão publicados mil exemplares do *Conte sua História*, que serão distribuídos para desembargadores, juízes de direito da infância e da juventude em Minas Gerais e demais autoridades envolvidas com a questão no estado e no País. Aqueles que desejarem receber um exemplar podem fazer a solicitação pelo endereço contesuahistoria@tjmg.jus.br.

Mas, um alerta: não se trata de uma leitura para incautos. *Conte sua História* provoca incômodos, seus textos inquietam. É daqueles livros que, após fechados, abrem um amplo espectro de reflexão: sobre a necessidade do fortalecimento de uma rede de proteção às famílias, sobre infância e adolescência confiscadas – e o imperativo que se impõe de um olhar mais atento a essas fases da vida –, sobre solidariedade e omissão, sobre o sofrimento humano. Não à toa, o desembargador Wagner Wilson, em texto na abertura da obra, recorre a uma frase do educador Rubem Alves: “Não estamos sozinhos. Meu destino não é só meu. Meus risos e dores não são confissões solitárias, mas parte de uma tapeçaria que se chama humanidade”.

Na página ao lado, é possível “escutar”, por alguns instantes, fragmentos das vozes dos adultos que deram seus relatos. O convite é para que os leitores os ouçam e, a partir daí, permitam-se refletir sobre a infância e a adolescência institucionalizadas. Em *Conte sua História*, há perdas e conquistas, vínculos que se perdem e outros que são atados. Enfim, há a mistura das dores e alegrias de que é tecida a vida.

Marcelo Albert



Para o desembargador Wagner Wilson Ferreira, o foco principal da publicação é o de realçar a força transformadora dos afetos

CONTE

A vida de crianças e ad



A capa do livro *Conte sua História*, idealizado e organizado pela C

SUA HISTÓRIA:

Adolescentes institucionalizados em Minas Gerais



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Objetivo: decisão da Justiça conduzindo a criança ou o adolescente para o acolhimento institucional

“Você consegue imaginar o que é viver toda a infância e juventude sem uma visita no Natal? Acalentar durante duas décadas o mesmo sonho de rever a mãe – de cujas feições não se lembrava – e, quem sabe, conhecer o pai?”

“Um grande problema da institucionalização é quando a gente completa 18 anos, é desvinculado de lá e não tem nenhuma referência na vida. A gente se vê sozinho e perdido.”

“Todo mundo era chamado e eu ficava perguntando se não tinha ninguém para me visitar. E as pessoas respondiam que não. Até o dia em que parei de esperar. Sabe aquela sensação de estar em uma ilha com alguns naufragos e todos vão sendo resgatados, só você é que não? Pois era exatamente assim que eu me sentia.”

“Minha avó me levou para uma instituição de acolhimento. Eu e meus irmãos também. Fomos separados. Cortados e partidos. (...) Cada um de nós foi para uma creche dessa instituição. Éramos sete, ou ainda somos sete. Sobreviventes.”

“O juiz foi muito duro comigo. Não havia essa defesa da infância e da juventude que existe hoje. ‘A senhorita é fujona, é? Então vai passar um ano no orfanato’. Ele usou essa palavra, mas se tratava de uma instituição de acolhimento: o nome já era carregado desde aquela época.”

“Em todas as unidades por onde passei, nunca me impediram de estudar. Mas a verdade é que isso não nos motivava muito. A gente pensava que nunca ia sair daquela situação, nem conseguiria ir longe ou superar o contexto em que estava para crescer na vida.”

“Nem tudo caminha para o fracasso. Ainda que o meu passado me incomode, sou uma pessoa realizada. A vida me deu oportunidades e eu escolhi escrever uma nova história.”

“Quando você vive em uma instituição, fica arrebatado por dentro, a autoestima é muito baixa. Isso, somado às negativas de emprego, me atormentava. Estava preocupado com o futuro.”

“Ela foi a melhor mãe que consegui ser, e por isso sou muito grato a ela. Minha mãe me deu todo o amor que tinha, mas ela simplesmente não deu conta de tantas dificuldades.”

“Choramos muito quando vimos minha mãe e meus irmãos. Queríamos ir embora com ela. Mas então ela nos explicou que o juiz não permitiria que voltássemos até que ela conseguisse uma casa estruturada e melhores condições de vida para todas nós.”

“Assino esse papel com as mãos algemadas. Preso. Escuto você me orientando como falar e compreendo que quer que eu fale com sentimento. Com meu espírito. E isso me faz um pouco livre. Eu sei falar de mim, do que sinto, vivi, sofri, passei.”

“É uma situação que todos os que pisaram numa instituição de acolhimento conhecem: quando vinha alguém de fora, ficávamos alvoroçados, perguntando sem parar quando e se eles iriam nos adotar. Abraçávamos a perna das pessoas, não queríamos deixá-los irem embora, na esperança de sair de lá.”

CECOV

Em prol do melhor interesse de crianças e adolescentes

Daniele Hostalácio

“Sempre tive uma ligação íntima com a infância, certo encantamento, um sorriso pronto e o coração sempre aquecido e escancarado. Assim, na graduação, já priorizava disciplinas e estágios na área. Em 1993, ao assumir, por meio de concurso público, o cargo de psicóloga judicial, deparei-me com outra infância, a maltratada, invisível, emudecida, sem grandes sonhos e sem esperanças”, declara Rosilene Miranda Barroso da Cruz. Sensibilizada com o que viu e disposta a contribuir para a garantia dos melhores interesses de crianças e adolescentes, ela decidiu focar suas pesquisas, durante o mestrado e o doutorado, nos processos de trabalho da Vara Cível da Infância e da Juventude. Doutora em saúde da criança e do adolescente pela UFMG, a psicóloga judicial ocupa o cargo de coordenadora técnica da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte.

TJMG Informativo – Quais são os principais tipos de violência sofridos por crianças e adolescentes que chegam até a Justiça?

Os dados da Organização Mundial de Saúde apontam que aproximadamente 20% das mulheres e de 5 a 10% dos homens sofreram violência sexual na infância, e de 25 a 50% de todas as crianças sofrem violência física. Os tipos de violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente mais comumente descritos pela literatura são a violência psicológica, a negligência, a violência física e a violência sexual. A violência psicológica inclui ações ou omissões que causem ou visem causar danos à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa. A negligência é a omissão de responsabilidades de um ou mais membros da família em relação àqueles que precisam de ajuda por questões de idade ou alguma condição física permanente ou temporária. A violência física pode ser definida como o uso intencional de força física ou atos de omissão intencionais, não acidentais, com o objetivo de ferir, danificar ou destruir a criança e/ou o adolescente, deixando ou não marcas evidentes. A violência sexual é descrita como toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga outra a práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica ou uso de instrumentos.

Essas diversas formas de violência costumam andar juntas?

Sim, essa divisão em tipos é meramente didática. Em face de situações concretas de violência, verifica-se que as diferentes formas não são excludentes, uma vez que a violência física pressupõe uma violência psicológica, e a violência sexual é ao mesmo tempo uma violência física e psicológica. A violência contra a criança e o adolescente não pode ser compreendida como ato isolado, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas e o processo civilizatório de um povo.

Está garantido à criança o direito à convivência familiar. Mas, e quando é em meio à família que está o maior risco para ela?

Nos casos de suspeita de violência intrafamiliar, a equipe técnica judicial realiza estudos que procuram identificar os fatores de risco e de proteção à criança e ao adolescente em sua permanência no local onde se encontra. Além disso, os estudos sugerem ao juiz a aplicação de medidas a seu grupo familiar nos planos social, jurídico, psicológico e médico. Se necessária a aplicação da medida de acolhimento institucional, busca-se, visando à reunificação familiar, novas tentativas de inclusão ou manutenção das famílias em programas de apoio so-



■ Para a psicóloga Rosilene Cruz, a violência contra a criança e o adolescente não é um ato isolado

ciofamiliar, que ainda são insuficientes e incompletos em Belo Horizonte. São feitas tentativas, dadas as características da rede de atenção à infância e à adolescência, de se esgotarem todas as possibilidades de manutenção das crianças junto à própria família antes da decisão judicial de perdas de direitos de pais sobre os filhos. Nesses casos, avalia-se ainda a manutenção das crianças e dos adolescentes na família extensa, antes da decisão judicial de sua colocação em famílias substitutas.

Nesses casos, como pode ser a atuação psicossocial da Justiça?

Todos os processos judiciais de violência doméstica são encaminhados pelos juízes para a realização de estudos técnicos por um psicólogo e um assistente social. O estudo psicossocial tem o objetivo – disciplinado pela lei – de assessorar magistrados com informações que poderão favorecer um entendimento mais amplo da situação na qual as pessoas e, principalmente, as

crianças e os adolescentes vitimados estão envolvidos. Assim, embasados em seu arcabouço teórico, o psicólogo e o assistente social colocam seus conhecimentos à disposição do magistrado, fornecendo suas conclusões sobre aspectos relevantes para determinadas ações judiciais. Os estudos técnicos visam, do ponto de vista psicossocial e da dimensão ética de cada profissional envolvido, desencadear nas pessoas atendidas reflexões sobre comportamentos e funcionamento familiar que não emancipam ou respeitam os direitos infantojovens. Um estudo psicossocial já traz uma conotação mais ampla e dialética que uma perícia ou parecer. O estudo é de ordem psicossocial, não somente da ordem do psicológico ou do psicopatológico, o que traz implícita uma diferença, que é o reconhecimento de que as questões a serem mediadas no Judiciário possuem uma dimensão que é da ordem do social, ampliando muito o escopo de compreensão dos sujeitos envolvidos.

TJ promove seminário para jornalistas

Francis Rose

Discutir violência, profissionalização, oportunidades e atos infracionais no universo da infância e da juventude. Esse é o desafio do 6º Seminário Mídia e Justiça, que será promovido em 10 de novembro pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O evento vai reunir profissionais da comunicação e tem o objetivo de propor uma reflexão sobre a cobertura jornalística feita diariamente pelos veículos de imprensa. A meta é instrumentalizar os jornalistas, qualificando o trabalho que aborda temas relacionados ao Judiciário. O seminário é organizado pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom).

No seminário deste ano, os palestrantes serão o coordenador do programa Cidadania dos Adolescentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, Mário Volpi, e a juíza Valéria da Silva Rodrigues, da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte. Os dois farão palestra sobre o tema “Violência, Infância e Juventude”, cada um abordando o assunto do ponto de vista de suas áreas de atuação. Depois das exposições, o público poderá participar de um debate, que será mediado pelo jornalista Adriano Guerra, coordenador institucional da ONG Oficina de Imagens e integrante da coordenação da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais.



Outro objetivo é desconstruir o mito da impunidade em relação aos adolescentes que praticam atos infracionais



Valéria da Silva Rodrigues, uma das palestrantes, acredita que é importante discutir o tema da violência na infância e na juventude, mostrando ao público as causas determinantes do envolvimento de adolescentes na prática de atos infracionais. Para a magistrada, o seminário também é uma boa oportunidade para que os jornalistas conheçam um pouco mais do funcionamento da justiça infantojuvenil em Belo Horizonte. “Outro objetivo é desconstruir o mito da impunidade em relação aos adolescentes que praticam atos infracionais”, explica.

A assessora de comunicação institucional do TJMG, Leticia Lima de Paula, afirma que a propos-

ta do seminário é trazer à discussão temas da atualidade, de forma a contribuir para o trabalho dos profissionais da mídia. “Este ano, a questão da redução da maioria penal provocou debates acalorados em todo o País. Nada mais adequado, então, do que discutir violência na juventude também com os comunicadores, que são formadores de opinião”, diz. Para ela, o evento também é um momento de fortalecer o relacionamento do Judiciário com os veículos de imprensa, o que só melhora o fluxo de informações do Tribunal para a sociedade.

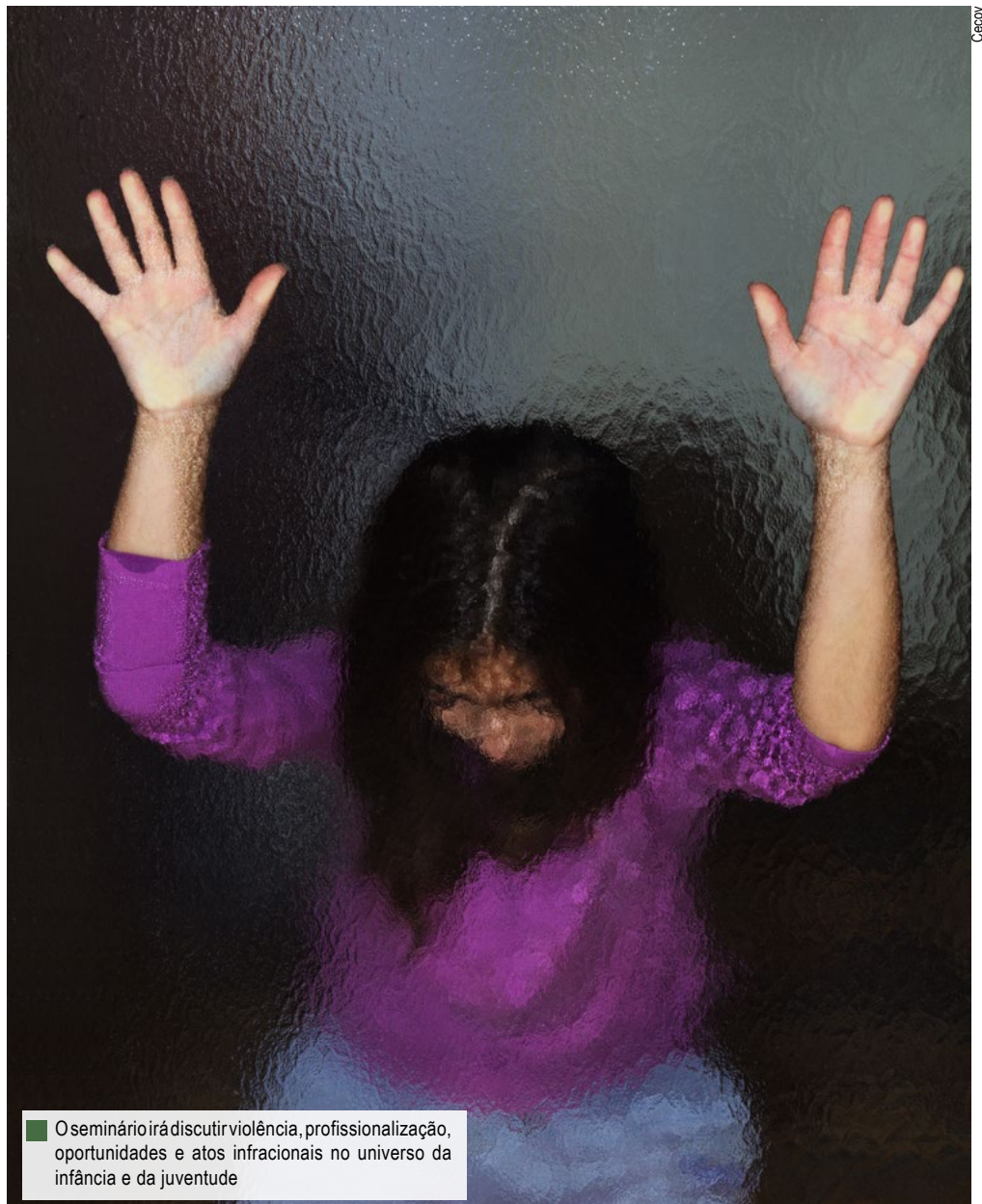
Transparência

O Seminário Mídia e Justiça é uma iniciativa do TJMG para aprofundar o relacionamento com os ve-

ículos de comunicação. Ao convidar profissionais da mídia para a discussão de temas relacionados ao Judiciário, o TJMG mostra o seu compromisso com a transparência e com a divulgação de informações relevantes para a sociedade.

Criado em 2003, com o nome de Judiciário para Comunicadores, o seminário já abordou temas como crime e saúde mental, internet e Justiça, mídia e Justiça, criminalidade e mídia e estrutura e funcionamento do Poder Judiciário.

Em 2015, o seminário será realizado no auditório do anexo 1 do TJMG (Rua Goiás, 229, Centro, Belo Horizonte), das 9h às 12h. As inscrições podem ser feitas de 19 de outubro a 5 de novembro, no Portal TJMG. Além dos jornalistas, o seminário é aberto a professores e estudantes de comunicação.



O seminário irá discutir violência, profissionalização, oportunidades e atos infracionais no universo da infância e da juventude

Quando a leitura é mais um passo para



Vanderleia Rosa

Na infância e na adolescência, talvez o contato com o universo dos livros lhes tenha sido negligenciado ou tenha se apresentado pouco atraente. Os personagens que coloriam a imaginação de tantas crianças não tiveram tanto espaço na vida deles e o final da história também não se mostrou dos mais felizes. Mas o tempo, com sua intensa capacidade de transformar destinos e dar novos rumos à vida das pessoas, e o comprometimento de diversos magistrados propiciaram a centenas de detentos, agora em outro contexto, uma (re)aproximação com a leitura. Dessa vez, os livros têm o poder não só de libertar o pensamento como também de fazer com que a permanência dos detentos em unidades prisionais seja mais breve e produtiva.

É o que mostra a experiência de várias comarcas de Minas Gerais que têm adotado o projeto de remição da pena pela leitura. Governador Valadares, Passos, Uberlândia, Varginha, Igarapé e Muriaé são exemplos de que a leitura tem se revelado uma poderosa aliada da execução penal. Para o coordenador executivo do programa Novos Rumos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador José Antônio Braga, a partir da experiência dessas comarcas com o projeto, o Novos Rumos deverá estimular todos os juizes de varas de execução penal a adotar essa forma de letrar o interno e reduzir o tempo de cumprimento de pena.

O projeto, já consolidado em vários tribunais do País, atende à recomendação de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que propõe a instituição de projetos específicos de incentivo à remição pela leitura nos presídios estaduais e federais. Pioneira em Minas na adoção do procedimento, a Comarca de Governador Valadares já beneficiou cerca de 550 detentos do regime fechado com a remição da pena pela leitura. Quem conta sobre a iniciativa é o juiz da Vara de Execuções Criminais, Thiago Colnago Cabral, idealizador do projeto, destacando que há previsão de aumento da população beneficiada até dezembro e de expansão da prática para o regime semiaberto. Ele informou ainda que a Apac Feminina de Governador Valadares já iniciou as atividades de implantação do projeto e que a meta final é alcançar 100% dos presos alfabetizados.

Dinâmica

O juiz Thiago Colnago explicou que a participação do preso é voluntária, e o participante recebe por mês uma obra literária do acervo do estabelecimento

■ Projetos específicos de incentivo à remição pela leitura em presídios atende a recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

a liberdade



■ Em Governador Valadares, os empréstimos de livros subiram, em média, de 90 para 250 por mês. O preso mais assíduo já leu 22 livros

prisonal. Ele tem o prazo de 21 dias para ler a obra indicada, em seguida é avaliado por meio de elaboração de resenha, que é escrita sob a fiscalização de agentes. Para fins de remição por leitura, o sentenciado tem que atingir o aproveitamento de 60%, fazendo jus a quatro dias de remição para cada obra literária efetivamente lida e avaliada. As provas são corrigidas pelos professores da unidade prisional e pelos membros da Academia Valadarense de Letras, uma das parceiras do projeto.

Envolvido com o projeto, um detento de 32 anos que cumpre pena em Governador Valadares declarou que a leitura tem lhe proporcionado maior censo crítico e maior clareza das ideias. Fanático por leitura, ele contou que ficou motivado com a chegada de novas obras à unidade. Agradecido por participar do projeto, disse acreditar que a leitura tem o poder de transformar vidas.

Na mesma linha, com o olhar voltado para uma execução penal mais humana, outras comarcas de Minas têm incentivado a remição da pena por meio da leitura. Em presídios convencionais ou nas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), a leitura tem dado novas perspectivas a presos e recuperandos. O juiz Arsênio Pinto Neto, da 1ª Vara Criminal de Precatórios Criminais e de Execução Penal de Passos, abraçou o projeto apresentado pelo então presidente da Apac, Roberto Junqueira. De acordo com o magistrado, o objetivo da iniciativa foi ocupar o tempo ocioso dos recuperandos, em especial daqueles que cumprem pena no regime fechado. Entre os benefícios observados com a remição da pena pela leitura, o juiz destacou a redução substancial da reincidência.

Alcance

Em algumas comarcas, o projeto vem sendo desenvolvido há mais tempo; em outras, como Uberlândia, Igarapé e Muriaé, a implantação é recente ou está sendo finalizada. Conforme explicou o juiz da Vara de Execuções Criminais de Uberlândia, Lourenço Fonseca Ribeiro, o projeto, implantado em junho,

atenderá inicialmente aos presos que não desfrutam de qualquer outra forma de remição, como trabalho interno ou externo e estudo, de modo a permitir que todos possam remir sua pena de alguma forma. O benefício consistirá de quatro dias remidos por obra lida, desde que obtido o aproveitamento de no mínimo 60% na resenha a ser elaborada pelo sentenciado e corrigida por pedagogas e professoras das unidades prisionais.

O magistrado disse que as obras que formaram o acervo foram adquiridas com recursos provenientes das prestações pecuniárias e que, durante as últimas inspeções carcerárias realizadas, os presos se mostraram muito animados com essa possibilidade, que permitirá, ao final de um ano, a remição de até 48 dias da pena.

Também a experiência de Varginha mostra que

Minas está no caminho certo, ao adotar mecanismos que proporcionam mais dignidade à execução penal. O juiz Oílson Hoffmann Schmitt diz acreditar piamente nessa forma de remição, pois, além de oferecer ao reeducando a oportunidade de ver o mundo de uma maneira diferente, a leitura o permite visitar outros lugares sem que ele saia do estabelecimento prisional. Além disso, segundo o juiz, à medida que o reeducando lê, querendo ou não, passa a ter consciência do seu papel como cidadão e, nesse momento, nasce o respeito às pessoas, à ordem e à lei.

Em Varginha, o projeto Lendo para a Liberdade foi implantado em setembro de 2014, beneficiando reeducandos do regime semiaberto e do fechado. “Inicialmen-

te fizemos uma campanha para doação de livros, pelo que conseguimos mais de 2 mil exemplares; depois, fizemos outra campanha para doação de estantes. Estabelecemos como forma de remição quatro dias de pena por obra. Hoje, mais de 80 reeducandos estão sendo beneficiados pela leitura. A leitura ocorre em sala de aula própria, como também nas celas”, informou o juiz.

Todas essas experiências mostram que a iniciativa tem transformado a rotina de muitos presos, ao proporcionar-lhes a possibilidade de cumprir a pena em um tempo menor e ao lado de bons companheiros: os livros.

“**À medida que o reeducando lê, querendo ou não, passa a ter consciência do seu papel como cidadão e, nesse momento, nasce o respeito às pessoas, à ordem e à lei**”

“



Arquivo Ascom

■ O desembargador José Antônio Braga diz que o programa Novos Rumos irá estimular todos os juizes de varas de execução penal a adotar essa forma de letrar o interno

DOZE HOMENS E UMA SENTENÇA

* Juiz Magid Nauef Laurar



■ No filme, o júri deve decidir, por unanimidade, sobre a culpa ou a inocência do réu

O direito penal é uma área do conhecimento na qual a interpretação lógica e racional muitas vezes sobrepõe-se a quaisquer outras. O filme *Doze Homens e Uma Sentença* é um elogio à superioridade da razão sobre o preconceito, o prejulgamen-

to, o juízo prefacial de valores que todos temos, independentemente do exercício profissional da judicatura.

O filme, cujo título original é *Twelve Angry Men*, consiste no desempenho de um júri formado por 12 homens, escolhi-

dos aleatoriamente, que terão de decidir por unanimidade se um rapaz porto-riquenho é culpado ou não do assassinato do seu pai. Um dos aspectos interessantes é que a locação do filme é praticamente dentro de uma sala. Na primeira votação, 11 homens votam pela culpa do acusado e apenas um (o jurado nº 8, interpretado por Henry Fonda) vota por sua inocência, usando argumentos lógicos e racionais. A partir daí, começa a trama.

O desenrolar do filme é uma verdadeira aula de hermenêutica jurídica ditada pelo senso comum do homem médio, como também pode ser uma aula com o título "Como julgar e como não julgar".

Esse belíssimo trabalho hermenêutico demonstra claramente como o mesmo objeto pode ser analisado por diversos ângulos e como é difícil a tarefa dos magistrados

de apreciar e julgar os fatos inscritos nos processos, considerando, inclusive, que não se trata apenas de mera mudança de vocábulos, mas da absorção do entendimento do verdadeiro significado de cada prova, fato, depoimento, circunstância, entre outros elementos.

A direção segura de Sidney Lumet imprime um ritmo que impressiona e prende a atenção dos espectadores desde o primeiro minuto, e o enredo é a cada instante enriquecido com novos argumentos, conduzindo a plateia a integrar a sala secreta.

A grandeza do texto e do próprio filme é a de não permitir que a retórica vazia, despida de sustentação fática, sobreponha-se à irreparável lógica e à gritante razão. É uma verdadeira aula de argumentos e de coragem, pois é comum o silêncio diante de um preconceito majoritário.

* Coordenador do Cineclube TJ

CLIQUE DO LEITOR



A Casapueblo foi projetada pelo grande artista uruguaio Carlos Páez Vilaró, já falecido. Originalmente residência e ateliê do artista, hoje abriga um museu com o acervo de suas obras. É a minha sugestão para aqueles que visitam o Uruguai. Situada em uma encosta belíssima de Punta Ballena, próxima a Punta del Este, é local disputadíssimo no entardecer pela vista do pôr do sol, a que você pode assistir ouvindo um registro dos versos do poema "Cerimonia del Sol", declamado pelo próprio artista.

Jane Franco, psicóloga judicial da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte

Caso queira participar da coluna Clique do Leitor, envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até dez linhas sobre a imagem, para imprensa@tjmg.jus.br. Preencha o assunto com "Clique do Leitor". As melhores fotos serão publicadas neste espaço.